

## **O HISTORIADOR E O ENGAJAMENTO INTELECTUAL: LIMITES, POSSIBILIDADES E DILEMAS ÉTICOS NOS DEBATES PÚBLICOS SOBRE A HISTÓRIA**

Danilo Linard <sup>1</sup>

**Resumo:** Considerando os debates públicos sobre temas históricos/historiográficos, refletimos sobre a questão do engajamento intelectual em uma perspectiva histórica, teórica e conceitual. Nesse movimento, discutimos, ainda, como tal questão se impõe ao historiador, evidenciando os usos, os riscos de abuso, os limites e as possibilidades da adoção dessa postura. Em nossa perspectiva, a presente análise pode contribuir para que os profissionais que trabalham no campo da história, seja na pesquisa e / ou no ensino, tornem seu provável envolvimento nessas discussões mais fértil e relevante, afastando-se, portanto, de práticas inadequadas (ou negligentes) que podem causar danos não apenas a outros historiadores, mas também àqueles que consomem conteúdo e conhecimento históricos.

**Palavras-chave:** Engajamento intelectual; Historiografia; Usos e abusos.

## **THE HISTORIAN AND INTELLECTUAL COMMITMENT: BOUNDARIES, POSSIBILITIES, AND ETHICAL DILEMMAS IN PUBLIC DEBATES ON HISTORY**

**Abstract:** Considering public debates on historical/historiographical themes, we think through the issue of intellectual commitment from a historical, theoretical, and conceptual perspective. In this movement, we also discuss how such an issue is imposed on the historian, highlighting the uses, the risks of abuse, the boundaries, and the possibilities of adopting this attitude. In our perspective, the present analysis can contribute for professionals who work in the field of history, whether in research and / or in teaching, to make their probable involvement in these discussions more fertile and relevant, thus moving away from inappropriate (or negligent) practices that can cause damage not only to other historians but also to those who consume historical content and knowledge.

**Keyword:** Intellectual commitment; Historiography; Uses and abuses.

## **EL HISTORIADOR Y EL COMPROMISO INTELECTUAL: LÍMITES, POSIBILIDADES Y DILEMAS ÉTICOS EN LOS DEBATES PÚBLICOS SOBRE HISTORIA**

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: [linard.danilo@gmail.com](mailto:linard.danilo@gmail.com). (<http://lattes.cnpq.br/2864620024676827>)

**Resumen:** Considerando los debates públicos sobre temas históricos/historiográficos, reflexionamos acerca de la cuestión del compromiso intelectual desde una perspectiva histórica, teórica y conceptual. En este movimiento, también discutimos cómo se impone tal cuestión al historiador, destacando los usos, los riesgos de abuso, los límites y las posibilidades de adoptar esta postura. En nuestra perspectiva, el presente análisis puede contribuir a que los profesionales que trabajan en el campo de la historia, ya sea en investigación y / o en enseñanza, hagan que su probable participación en estas discusiones sea más fértil y relevante, alejándose de prácticas inapropiadas (o negligente) que puede dañar no solo a otros historiadores, sino también a aquellos que consumen contenido y conocimiento histórico.

**Palabras clave:** Compromiso intelectual; Historiografía; Usos y abusos.

## Introdução

No ano de 2014, os debates relativos às eleições presidenciais, ao cinquentenário do Golpe Militar ocorrido no Brasil e à ditadura estabelecida entre 1964 e 1985 mobilizaram (e ainda hoje mobilizam) sensibilidades distintas. Artistas, músicos, humoristas, apresentadores de TV, professores, estudantes, escritores, colunistas de revistas, jornalistas das mais variadas mídias e os célebres “famosos da Internet” (mais ou menos anônimos) não se furtaram em se envolver e se engajar nessas discussões, emitindo uma série de opiniões de caráter social, político, econômico, ideológico e até histórico/historiográfico. Como exemplo desse amplo movimento de discussão podemos lembrar, ainda, as recentes controvérsias acerca do nazismo e se este teria sido um movimento político de extrema-direita ou, pelo contrário, se foi orientado por princípios de esquerda<sup>2</sup>.

Os debates públicos de temas relacionados à produção e interpretação do conhecimento histórico envolvem diversos agentes, desde aqueles com maior conhecimento sobre os assuntos discutidos até aqueles

---

<sup>2</sup> Um dos indícios desses debates, por exemplo, pode ser visto em duas reportagens veiculadas pelo site BBC Brasil: BBC BRASIL. O nazismo era um movimento de esquerda ou de direita? 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-39809236>. Acesso em: 25 ago. 2019. BBC BRASIL. Nazismo é de direita, define o museu do Holocausto visitado por Bolsonaro em Israel. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47784368>. Acesso em: 25 ago. 2019.

que, por falta de conhecimento (e mesmo o possuindo), distorcem e negam dados e evidências, por vezes atribuindo a autores consagrados em seus campos de atuação ideias ou afirmações jamais proferidas por eles, seja em livros, artigos, entrevistas/documentários ou outros tipos de registro.

Em nossa ótica, esses debates revelam uma postura de engajamento, que não se resume à filiação político-partidária formal, apesar desta ser sua forma mais aparente e, em certos casos, uma das mais criticadas. Outrossim, muitas das opiniões emitidas que criticam o engajamento e a militância política e partidária tradicional acabam traduzindo, explícita ou implicitamente, um caráter militante/partidário semelhante ao criticado.

Jean-François Sirinelli, discutindo a questão da história dos “intelectuais”, ressalta que “os intelectuais constituem um grupo social de contornos vagos que durante muito tempo foi pouco significativo em termos de tamanho”<sup>3</sup>. Nossa apropriação do termo “intelectual” considera esses contornos vagos: não pressupomos escolaridade, titulação, profissão ou faixa etária, mas levamos em conta certo nível de notoriedade, assim como a postura constante em atuar publicamente como emissor de opiniões e juízos de valor de caráter sociopolítico.

Examinando algumas características inscritas na História Cultural, José D'Assunção Barros ressalta que, na perspectiva desse campo, já não se opera com uma noção restrita de cultura ou de produtor/produção cultural: “ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, sem que para isso seja preciso ser um artista, um intelectual, um artesão”<sup>4</sup>. Nesse caso, consideramos que aqueles que se envolvem no debate de ideias estão engajados intelectualmente.

---

<sup>3</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 234.

<sup>4</sup> BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 57.

Nessa compreensão, não discutimos, aqui, um intelectual em particular (como, por exemplo, um literato, um jornalista, um professor, um artista etc.) ou um grupo específico de intelectuais. Nosso intuito é discutir o fenômeno do engajamento intelectual enquanto emissão pública de juízos de caráter social, político/ideológico ou histórico. Em nossa interpretação, isso já configura práticas de um tipo de engajamento intelectual, de uma espécie de engajamento de ideias, por parte de várias pessoas, desde aquelas mais moderadas até as mais abusivas e radicais. Refletimos, assim, sobre como nós, historiadores, podemos nos envolver nesses debates públicos, os quais normalmente ocorrem fora dos ambientes acadêmicos (salas de aula, palestras, conferências, artigos, livros/capítulos) ou escolares tradicionais.

O engajamento intelectual na discussão dos debates sociais, mediante emissão de opiniões públicas, está disperso nas mais variadas práticas. Apresentadores e entrevistadores que convidam pessoas que compartilham (ou não) seus pontos de vista para seus *talk shows* e *podcasts*; artistas que utilizam as redes sociais como meio para a emissão de juízos de valor; músicos que participam de manifestações nas ruas ou em seus próprios *shows*; colunistas e jornalistas que escrevem em seus *blogs* pessoais ou em suas colunas, em jornais e revistas. Qualquer pessoa com perfil ativo (e, por vezes, anônimo) em uma rede social pode escrever, gravar áudios e vídeos e publicá-los quase instantaneamente. Até os espaços dedicados aos “comentários” nos *sites* e *blogs* onde as notícias são veiculadas também se tornam campos próprios para a emissão de opiniões e juízos, para o engajamento de ideias.

Nossa percepção de tal fenômeno se impôs como uma problemática cuja reflexão exigia uma perspectiva histórica, ou historiográfica, que perpassava a discussão das dimensões teóricas, metodológicas e éticas, na mesma medida em que colocava em questão o papel social de nossa ciência, a História, e de nosso ofício como historiadores.

A problemática que se impôs para análise é, portanto, relativa ao tema do engajamento intelectual e ao seu papel na sociedade. Essa reflexão implicou em indagações iniciais:

- O que é engajamento intelectual?
- Quais são as posturas a adotar para efetivar esse engajamento?
- Quais são, enfim, os dilemas éticos que essa postura traz consigo?
- Tudo pode ser dito/feito na defesa de uma causa/ideal?
- Quais são os limites e as possibilidades desse engajamento de ideias?
- Quais são os riscos de abuso?

Após o estabelecimento dessas questões iniciais, o próximo passo foi escolher a escala da discussão. Pensar o fenômeno do engajamento não significa pressupor a existência (ou a defesa) de uma ciência pura, imparcial, que seja, porventura, “contaminada” por posturas engajadas. Da mesma forma, ao falar de engajamento intelectual, não entendemos com isso a apologia de uma subordinação total da ciência, da arte ou do ofício em relação a princípios ou diretrizes que vão além das finalidades científico-acadêmicas, artísticas ou profissionais.

Nosso esforço neste artigo não consiste em analisar uma ou várias opiniões emitidas, deste ou daquele indivíduo/grupo. Almejamos apreender esse fenômeno em suas características estruturais ou condicionantes, ou seja, direcionamos nossa discussão a atos ou condutas que implicam a emergência do engajamento intelectual e quais seriam os imperativos que cairiam sobre os ombros do historiador que adotasse essa postura.

O engajamento, por meio de participação ou emissão de opiniões publicamente, ainda que seja um fenômeno múltiplo em suas manifestações, apresenta características mais ou menos comuns, passíveis de análise e teorização. Um traço inicial que está presente nesse fenômeno é o recurso ao prestígio adquirido (normalmente mais do que ao conhecimento

efetivamente possuído) em determinada área/campo de atuação. Assim, o prestígio/notoriedade é entendido como “fiador” para a emissão de opiniões. Em certos casos, também há uso de certo ofício/prática como veículo desse engajamento. Assim, questionamo-nos:

- O que ocorre quando um historiador assume (ou pensa assumir) uma postura semelhante?
- Que imperativos se impõem?
- Como o historiador pode participar desses debates públicos<sup>5</sup>?

A reflexão sobre o tema do engajamento intelectual não é inédita entre historiadores, literatos e filósofos. Para discutir e compreender melhor as circunstâncias e posturas que envolvem o engajamento intelectual e as possibilidades de engajamento por parte dos historiadores, partimos desse recorte mais específico e dividimos nosso trabalho em dois momentos distintos, mas que se complementam.

Na primeira seção, intitulada “O historiador e a questão do engajamento intelectual: contrapontos e desafios”, apresentamos algumas reflexões do historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) relativas à temática do engajamento intelectual e, no mesmo movimento, tecemos alguns comentários. Acreditamos que suas observações ajudam a pensar esse tema com grande esforço de objetividade, por meio da indicação dos principais desafios e limites da adoção dessa postura de comprometimento.

Na segunda seção, intitulada “O engajamento do historiador entre os usos e os abusos da História”, dialogamos com alguns dos pressupostos do historiador belga Antoon De Baets, que se dedica à elaboração de uma teoria

---

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que, ao nos referirmos ao papel do “historiador”, nele está incluso o professor de história, seja do Ensino Médio ou do Ensino Fundamental, assim como do Ensino Superior. Em nossa ótica, as reflexões aqui propostas abrangem tanto o pesquisador quanto o professor.

que ajuda a identificar e avaliar (e até evitar) possíveis abusos da História, enfatizando o imperativo de puni-los.

A escolha desses autores teve por critério a relevância de ambos em seus campos de atuação, bem como o rigor de suas observações e reflexões. Compreendemos que a articulação entre esses dois autores se justifica por esclarecer não só os riscos e as possibilidades do engajamento intelectual, mas, também, por definir como nocivo em si todo e qualquer abuso da História, o qual não tem outra consequência a não ser enfraquecer a própria escrita da História (e, por extensão, o ofício de historiador), causando dolo pela promoção do engano, haja vista que tais abusos se encontram presentes em negacionismos e revisionismos sem qualquer traço de cientificidade. Por fim, tecemos algumas considerações na forma de conclusões parciais, sempre com o desejo e o intento de contribuir para a discussão em tela, sem perder de vista nossas limitações.

### **O historiador e a questão do engajamento intelectual: contrapontos e desafios**

Esta discussão tem como ponto de partida uma consideração a respeito do conceito de *intelectual engajado*, o qual já tematizou debates acalorados. Em uma tentativa de esclarecer um pouco o modo como compreendemos esse conceito, recorreremos a Benoît Denis, que situa historicamente o nascimento do intelectual (e do intelectual engajado)

[...] na passagem do século XIX para o XX. [...] a função do intelectual constituiu-se e adquiriu seus títulos de nobreza graças ao caso Dreyfus<sup>6</sup> [...] há “invenção do intelectual” assim que um agente, utilizando e colocando em jogo o prestígio e a competência adquiridos num domínio de atividades específico e limitado (literatura, filosofia, ciências etc.), aproveita-se dessa competência que lhe é

---

<sup>6</sup> Em 1897, o capitão judeu Alfred Dreyfus (1859-1935) havia sido processado e condenado, em Paris, por traição política. Em vista das flagrantes falhas processuais que conduziram a tal resultado, a opinião pública se dividiu a favor e contra ele (*dreyfusards* e *anti-dreyfusards*). Nesse momento, o já renomado escritor Émile Zola (1840-1902) decide intervir nesse debate escrevendo e publicando o artigo “Eu acuso”. Esse gesto pode ser interpretado como a formação não só do intelectual engajado, mas do escritor engajado.

reconhecida para emitir opiniões de caráter geral e intervir no debate sócio-político<sup>7</sup>.

Nesse caso, o propósito de Benoît Denis é esclarecer a formação da chamada *literatura engajada*. O “escritor engajado” seria aquele que utiliza seu prestígio para chamar atenção para determinado debate ou, mais especificamente, aquele que deseja utilizar seu próprio ofício (a escrita literária) como veículo de seu engajamento. É aquele tipo de escritor que não quer “sair da literatura” para se engajar. Para tanto, visa a criar uma estética literária própria que efetive seu compromisso, seu engajamento, sem que o texto perca sua “literariedade”, suas qualidades estéticas e narrativas. Em nosso tempo presente, tal debate se torna mais complexo na medida em que os sujeitos envolvidos na discussão pública de ideias, conceitos, temas históricos ou político-filosóficos nem sempre atuam ou têm prestígio e (re)conhecimento em relação ao campo cujo assunto desejam discutir.

Para os propósitos que nos ocupam aqui, estenderemos essa reflexão ao historiador e seu ofício: pode o historiador utilizar seu conhecimento, seu prestígio e/ou seu próprio ofício para se engajar nos debates que marcam sua sociedade e seu tempo? Sobre esse ponto, Olivier Dumoulin questiona, assim como nos provoca:

O historiador pode ignorar a história que está acontecendo diante dele? Deve permanecer trancado em seu laboratório? Em que medida a justificação da atividade historiadora fundada sob o postulado do corte entre a pesquisa do saber histórico e o ambiente circundante cede ou resiste melhor do que antes<sup>8</sup>?

Para desenvolver essas e outras questões, recorreremos a Eric Hobsbawm, cuja discussão sobre o tema do engajamento prima pelo esforço de objetividade.

---

<sup>7</sup> DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru, SP: Edusc, 2002, p. 20-21.

<sup>8</sup> DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 264.

Em um de seus ensaios, de 1979, Hobsbawm se propõe a refletir sobre o fenômeno do engajamento, seus riscos e sua inevitabilidade. Ele afirma que:

“Engajamento” é uma dessas palavras [...] que escondem uma variedade de significados sob uma superfície aparentemente simples e homogênea. Geralmente é mais como termo de desaprovação ou louvor (neste caso, mais raramente) que a palavra é empregada...<sup>9</sup>.

Logo, um historiador poderia engajar-se empenhando seu prestígio ao emitir opiniões públicas sobre variados assuntos ou utilizando seu conhecimento e ofício, podendo tanto ser louvado como combatido ou reprovado, não só pelo público geral, mas por seus pares.

Hobsbawm indica 2 ramificações iniciais que se desdobram a partir da questão do engajamento: a primeira é supor que engajamento seria “outro modo de negar a possibilidade de uma ciência puramente objetiva e livre de valoração [...] [a segunda seria] a disposição em subordinar os processos e as descobertas da pesquisa às exigências do compromisso ideológico ou político do pesquisador...”<sup>10</sup>.

Nesse caso, a primeira ramificação reafirmaria a parcialidade não só da pesquisa, mas do pesquisador. O risco que surge é presumir daí que, não sendo a ciência imparcial<sup>11</sup>, todo e qualquer juízo possa ser emitido sem maiores cuidados ou critérios acadêmicos/científicos. A segunda ramificação se desdobra a partir dessa pressuposição:

As nuances do segundo espectro são igualmente amplas. Em um extremo há a proposição [...] de que o cientista, que é fruto de sua época, reflete os preconceitos ideológicos e outros de seu ambiente e experiências e interesses históricos e sociais específicos. No outro, há a concepção de que não devemos meramente nos dispor a subordinar nossa ciência às exigências de alguma organização ou autoridade, mas até promover ativamente essa subordinação<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 138.

<sup>10</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 138.

<sup>11</sup> Sobre essa questão, podemos indicar as discussões elaboradas por: JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 – em particular o capítulo de conclusão desta obra.

<sup>12</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 139.

Disso decorre uma primeira observação: se em determinado momento histórico, na ciência (ou na cultura), certo enunciado foi emitido e se hoje tal enunciado se encontra superado pela própria ciência (e até pela própria cultura), como as teses racistas ou deterministas (geográficas ou biológicas), não há nenhuma legitimidade científica/acadêmica em “ressuscitá-las” para dotar um argumento específico de uma suposta cientificidade. Isso já debilitaria o enunciado por se aproximar do “pecado histórico” do anacronismo, como afirmou Marc Bloch<sup>13</sup>.

Hobsbawm afirma que, quanto aos atos de engajamento, “um diz respeito ao engajamento dos fatos, o outro, ao das pessoas”<sup>14</sup>. Nessa compreensão, se um sujeito deseja engajar-se em um(a) grupo/causa/movimento, emitindo opiniões, é a pessoa como agente que se engaja, não os fatos sobre os quais ele opina. Esse engajamento “pessoal” pode, ou não, pressupor certa cientificidade, considerando-se também o estado da ciência em determinada época.

Certos indivíduos, engajando-se pessoalmente em defesa de uma causa ou ideal, podem ter a tendência de “engajar os fatos”. Desse modo, o indivíduo engajado modifica o “significado” da interpretação atribuída a determinado fato conforme sua própria visão, considerando ilegítima toda interpretação (ou evidência) contrária àquela que ele compartilha. Sua versão é considerada absolutamente correta, isenta de todo erro. Quando contestado, pode afirmar que é apenas “sua opinião”. E, muitas vezes, é apenas isso mesmo.

Para um sujeito assim engajado, quando um(a) fato/interpretação contradiz os enunciados que ele emite publicamente em defesa de sua(seu) causa/ideal, é o fato que está equivocado, jamais seus enunciados, os quais

---

<sup>13</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

<sup>14</sup> HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 139.

difundem valores emanados da(o) causa/ideal por ele defendida(o). Não significa que os fatos falam por si, mas que as interpretações estabelecidas por uma comunidade acadêmica/científica, por exemplo, acerca de determinadas situações, são orientadas por critérios (conceituais, teóricos, metodológicos etc.) e evidências que as fundamentam.

Entretanto, alguns indivíduos, quando se engajam, não reconhecem a validade de tais critérios ou evidências. Eles se recusam a adotar determinados critérios científicos, teóricos ou conceituais, já estabelecidos e compartilhados pela comunidade acadêmica/científica, porque tais critérios, na maioria das vezes, desconstroem sua visão. Esses indivíduos, para poder continuar emitindo seus enunciados, reconfiguram fatos ou situações sempre em conformidade com a causa/ideal defendida, passando ao largo de critérios mais rigorosos.

Em outros tempos, é verdade, o fazer científico de determinada época pode ter alimentado posturas hoje consideradas preconceituosas, mas é justamente o desenvolvimento da comunidade científica/acadêmica que acaba por superá-los. Hobsbawm diz: “em resumo, para todos os envolvidos no discurso científico, as proposições devem estar sujeitas a validação por métodos e critérios que não estejam, em princípio, sujeitos ao engajamento, independente de suas consequências ideológicas e de sua motivação”<sup>15</sup>.

O engajamento e a emissão pública de opiniões, como possibilidades para o historiador ou para quem quer que seja, não constituem uma “carta branca” para fazer ou dizer o que bem entender acerca de certos temas sem se submeter aos critérios validados por uma comunidade científica/acadêmica. A existência de determinada causa ou ideal com a qual o historiador queira se envolver (engajamento pessoal) não lhe faculta o direito de modificar os procedimentos e métodos que marcam os fazeres historiográficos como um todo para que os resultados de suas pesquisas se

---

<sup>15</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 142.

conformem àquilo que ele defende (o que implicaria um engajamento dos fatos). Sobre isso, Hobsbawm diz:

[...] devemos começar eliminando a posição extrema do engajamento, tal como proposto e praticado no período stalinista na URSS e em outros países – não necessariamente apenas por marxistas [...] Essa posição supunha (1) uma congruência total entre as declarações políticas e científicas em todos os momentos e, por isso, (2) uma intercambialidade virtual das declarações em ambas as formas de discurso em todos os níveis, com a justificativa (3) de que não existe nenhum campo do discurso científico ou público especializado para tais discursos. Na prática isso significava (4) a superioridade da autoridade política (sendo esta, por definição, o repositório da ciência) em relação à proposição científica<sup>16</sup>.

Tais observações de Hobsbawm sobre o que definimos como *engajamento extremista* sugerem um esquema que pode auxiliar na análise de outros casos. Inicialmente, seria preciso identificar o “agente” que se engaja e a “autoridade” a quem ele se subordina. E, depois, verificar: a) se todo enunciado emitido pelo “agente” é *sempre congruente* com a “autoridade” com a qual ele se compromete (o “agente” assumiria a postura de *já* contradizer a “autoridade”); b) se o discurso proferido pela “autoridade” é sempre intercambiável com aquilo que será exposto com a “pesquisa” do agente, e vice-versa (isto é, a pesquisa apenas confirmaria o que a “autoridade” afirma); c) se o agente considera ilegítimos todo e qualquer enunciado contrário aos seus próprios enunciados e resultados; d) se a “autoridade” com a qual o “agente” se compromete é vista por ele como *instância última e superior* a tudo e a todos. Tais posturas configuram um *engajamento dos fatos*, cientificamente precário, dedicado apenas à defesa da “autoridade”.

Em linhas gerais, as bases desse *engajamento extremista* escapam a qualquer pressuposição científica ou acadêmica. Hobsbawm, por exemplo, afirma que, mesmo quando há clara associação entre ciência e política, os imperativos de ambas são diferentes:

---

<sup>16</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 143.

Os imperativos da política, por mais que esta possa se basear na análise científica, não são idênticos às proposições científicas, embora possam ser idealmente derivadas destas com maior ou menor distanciamento. [...] Consequentemente, toda forma de engajamento que sustente que tudo que é politicamente exigido em um momento deve ter seu equivalente no discurso científico não encontra nenhuma justificativa teórica<sup>17</sup>.

Nessa compreensão, a subordinação em face da “política”, vista aqui como um tipo de “autoridade” com a qual o “agente” se compromete, não se justifica. Os imperativos<sup>18</sup> que marcam a política, por um lado e, por outro, a ciência, são muito específicos para se advogar uma homogeneidade total. Isso não significa que articulações e combinações não existam, ou não sejam possíveis, mas que elas não são “naturais”, essenciais.

Logo, o engajamento possível para o historiador, assim como para o escritor ou qualquer pessoa, cientista, artista ou intelectual, é de outra ordem. Contudo, antes de determo-nos no engajamento mais fértil, vejamos, ainda, outro ponto crucial acerca do *engajamento extremista*. Pelo que temos discutido, vimos que, entre outros elementos já citados, o principal é a noção de que esse tipo de engajamento deve subordinar-se ao seu ideal a ponto de subverter suas práticas, procedimentos e resultados. Todavia, como diz Hobsbawm:

[...] resta uma zona nebulosa entre a atividade científica e a proposição política que talvez afete mais aos historiadores que aos demais [...] Trata-se da zona da advocacia política. Seria bastante irreal esperar que os estudiosos se abstenham de agir como advogados, especialmente quando não apenas acreditam (como é frequentemente o caso) que se deva argumentar com base no patriotismo ou algum outro compromisso político, mas que isso é realmente válido. [...] Porém, embora não haja dúvidas de que os acadêmicos continuarão a agir como advogados, com maior ou

---

<sup>17</sup> HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 143.

<sup>18</sup> Por exemplo: se afirmamos que a política tem por imperativos a aquisição/manutenção/ampliação do “poder” e se os imperativos da ciência são construir e difundir conhecimento, uma articulação possível entre ambas seria o uso da ciência para descobrir formas de garantir os imperativos da política, ou seja, promover meios para assegurar determinada forma de dominação, mesmo contrariando princípios de cientificidade ou ética acadêmica. Assim subordinada, a ciência já não busca compreender a realidade e seus fenômenos e sujeitos.

menor convicção, e embora um componente de advocacia seja inseparável de todo debate, é preciso ter bem clara a diferença entre advocacia e discussão científica (conquanto engajada)<sup>19</sup>.

Isso não implica dizer que as estratégias argumentativas da advocacia sejam antiéticas. Pelo contrário, têm uma ética própria e o mesmo deve ocorrer na prática científica, acadêmica. O problema seria que, envolvido por essa predisposição em “advogar” na defesa de uma causa específica, o cientista, o intelectual engajado, enfim, o próprio historiador, sinta-se tentado a modificar/distorcer certos procedimentos ou resultados para provar seu argumento, para “defender”, “acusar” ou “absolver” seu “cliente”. Hobsbawm diz, ainda:

[...] a função do advogado comum não é decidir sobre a culpabilidade ou inocência do cliente, mas afiançar sua condenação ou absolvição; a função da agência de publicidade não é decidir se vale ou não comprar o produto do cliente, mas sim vendê-lo. Em resumo, ao contrário da ciência (por mais engajada que seja), a advocacia toma como dado o caso a ser defendido. O grau de sofisticação envolvido em sua defesa é irrelevante para essa decisão básica. [...] na teoria todo participante do debate científico deve acatar a possibilidade de se permitir ser publicamente persuadido por argumento ou evidência contrários. [...] Nas sociedades liberais, e particularmente nas parlamentares, ambas propensas à idealização do “cientista independente” e à crença de que a verdade tende a brotar do embate de defensores gladiatórios, essa tentação, mais que qualquer outra coisa, tende a produzir engajamento mais ilegítimo<sup>20</sup>.

Esta citação, apesar de longa, mostra-se necessária por apontar a maior tentação de todas: não ser “derrotado” em um debate público, o que pode afrouxar os procedimentos de pesquisa, a obtenção de resultados e o rigor da argumentação. Como Marc Bloch já havia afirmado<sup>21</sup> com bastante propriedade, não cabe ao historiador julgar, mas compreender. O perigo é que sempre se mostra mais fácil “julgar”, principalmente fora dos ambientes

<sup>19</sup> HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 145.

<sup>20</sup> HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 146.

<sup>21</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 125-128.

científicos e acadêmicos, sobretudo quando estamos diante de elementos, agentes ou princípios contrários aos nossos.

Nos debates públicos, nos quais os sujeitos se envolvem e emitem opiniões e juízos, muitas vezes sem ter conhecimento adequado sobre o tema tratado, a possibilidade de haver o que Michel de Pracontal<sup>22</sup> definiu como *impostura científica* é enorme. Isso porque como qualquer pessoa pode engajar-se nesses debates, não é difícil encontrarmos o “impostor”, o qual quer ser “aceito” e, para tanto, não só emite juízos sem base ou rigor como, quando confrontado, ataca e deslegitima a comunidade acadêmica/científica.

Após colocar em questão os riscos e perigos do engajamento extremista, apresentamos, agora, ainda seguindo a trilha proposta por Hobsbawm, os aspectos mais positivos do engajamento, sempre com o intuito de direcionar essa reflexão para nossa própria prática como professores e pesquisadores no campo da História.

O primeiro ponto que Hobsbawm indica é que a legitimidade do engajamento, ou seja, sua prática adequada, perpassa 2 questões: a) a contribuição do engajamento para a disciplina; e b) a contribuição do engajamento para a causa ou ideal. Para Hobsbawm, “o segundo tipo é um pouco mais difícil do que o primeiro, uma vez que parte do princípio de que a causa será beneficiada com o trabalho do cientista como tal, ainda que engajado”<sup>23</sup>. Contudo, Hobsbawm também afirma que “há muitas causas políticas e ideológicas que claramente se beneficiam da ciência e da erudição, ainda que frequentemente tentadas a desenvolver pseudociência e pseudoerudição com esse propósito”<sup>24</sup>.

Nesse sentido, o engajamento seria pertinente nas seguintes circunstâncias: a) se ajudasse no desenvolvimento ou aperfeiçoamento da

---

<sup>22</sup> PRACONTAL, Michel de. *A impostura científica em dez lições*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

<sup>23</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 146.

<sup>24</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 147.

disciplina/ciência/arte praticada pelo agente engajado como veículo ou ferramenta de seu engajamento; b) se contribuísse de maneira legítima para a causa ou ideal que o agente engajado defende; e c) se não proporcionasse uma cientificidade parcial, progressivamente enfraquecida e/ou substituída por práticas pseudocientíficas/acadêmicas e pseudoeruditas.

Não nos esqueçamos, no entanto, que sempre há questões éticas subjacentes e que, possuidoras de uma autonomia própria, são geradoras de dilemas. Seria possível, ou não, considerar um engajamento pertinente se, para o desenvolvimento da ciência ou para o benefício da causa defendida, tal engajamento recorresse a práticas ou comportamentos antiéticos? O resultado, de certo modo, justificaria os meios? Determinados meios devem permanecer proibidos se os resultados forem positivos? São questões que, acreditamos, sempre devem ser mantidas e levantadas, pois cortar o nó górdio (em favor do “resultado” ou contra a discussão dos “meios”), por ser a solução mais rápida, nem sempre se mostra a mais adequada.

O que é mais interessante notar quanto ao *engajamento pertinente* é acentuar o aspecto social da própria ciência. Aquilo que denominamos *engajamento extremista*, dado seu viés subserviente diante de um polo respeitado como “autoridade”, apresentaria uma tendência invariavelmente unilateral. Na medida em que o agente engajado nessa perspectiva se coloca totalmente a serviço da “autoridade” por ele reconhecida, é unicamente em favor desta que sua “pesquisa” é realizada, excluindo-se, então, os resultados contrários ao que diz a “autoridade” ou excluindo-se, também, a formulação ou proposição de outras interpretações.

Ao se engajar de modo pertinente, enriquecendo não só a disciplina, mas a causa ou o ideal, bem como a própria atividade científica/acadêmica/artística, os benefícios sempre serão muito mais amplos. É bem verdade que os resultados de uma pesquisa podem vir a ser utilizados de maneira nociva por terceiros, independente da finalidade (política,

econômica, religiosa, militar etc.) e ao custo de maiores ou menores deturpações.

No entanto, o meio acadêmico/científico é muito mais diverso em suas finalidades e orientações do que os grupos/indivíduos que defendem causas ou ideais de maneira mais sectária, fanática, extremista podem pensar. Um colegiado departamental universitário, seja de qual for a área, dificilmente apresentará um perfil único, homogêneo. As próprias especialidades de cada pesquisador que o compõe asseguram essa diversidade (teórica e metodológica, assim como, política, religiosa, étnica e de gênero) e a multiplicidade de olhares. Essa reflexão segue nos caminhos indicados por Hobsbawm, que pondera:

[...] não deve um marxista engajado, na medida em que for um bom especialista, esperar que suas descobertas sejam também benéficas mesmo para aqueles a quem deseja combater? [...] A resposta para a última pergunta obviamente é: até certo ponto, sim. Não obstante, o engajamento pessoal do cientista é altamente pertinente, no mínimo porque sua causa pode não atrair outros cientistas além dos já engajados nela – particularmente a ciência social – que reflete outros tipos de engajamento<sup>25</sup>.

O que denominamos *engajamento pertinente* teria como “alvo” o desenvolvimento e fortalecimento de sua disciplina/ciência/arte (que é o veículo de seu engajamento) em paralelo à causa ou ao ideal ao qual o pesquisador se dedica, não para lhe garantir, custe o que custar, vantagens singulares. Em uma sociedade na qual, cada vez mais, a ideia de diversidade, de globalização, torna-se praticamente irreversível, a defesa veemente de causas unilaterais, sectárias e fanáticas tende a fomentar mais preconceitos do que o seu oposto.

O ideal ético seria que o cientista, o pesquisador, o artista, o ativista, quando desejasse se engajar, se comprometer com um debate específico, deixasse o mais claro possível, mesmo para leigos em relação ao

---

<sup>25</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 148.

conhecimento por ele produzido, as bases, os métodos e as teorias que utiliza, deixando claro, também, quem, quantos e por meio de quais modos eles seriam beneficiados com sua pesquisa, com seu engajamento.

É certo que essa sugestão não parte do princípio de que a ciência, qualquer que seja, é ou possa ser imparcial, neutra, isenta de interesses que não sejam inerentemente científicos. Do mesmo modo, não é por afirmar que ela é parcial que se deve restringir seus possíveis benefícios a um grupo minoritário ao custo do restante da sociedade, nem alimentar a postura de que todo enunciado é válido, mesmo os mais preconceituosos e intolerantes, dada a impossibilidade da imparcialidade. Hobsbawm escreve:

O fato de que o desenvolvimento dessas ciências [das ciências sociais, da física, da biologia, entre outras que ele cita] tenha sido inseparável do engajamento – algumas praticamente não teriam existido sem ele – é realmente inegável. A crença contrária, de que o cientista é um simples buscador da verdade acadêmica pura, que pode ou não interessar a mais alguém, provavelmente ganhou terreno em parte como reflexo do mero crescimento numérico – e consequentemente da separação em institutos específicos, da ciência e da erudição como profissão –, em parte como uma resposta para a situação social nova e peculiar dos intelectuais (acadêmicos), em parte como mistificação<sup>26</sup>.

O elemento mais positivo em favor do *engajamento pertinente* do cientista, do pesquisador e, como temos tentado refletir, do historiador, seria justamente seu contato com experiências externas ao seu campo de atuação, além do comprometimento, do enriquecimento de sua própria disciplina. O mesmo se aplica aos “leigos” que se envolvem nos debates: fazer destes uma oportunidade de aprendizado. Hobsbawm afirma que: “o fato de que, no passado, as ciências, e especialmente as ciências sociais, eram inseparáveis do engajamento não prova que o engajamento seja vantajoso para elas, apenas que é inevitável”<sup>27</sup>. Logo, afasta-se novamente a ideia de que a ciência seja imparcial. Entretanto, esse ponto vai além quando

---

<sup>26</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 149.

<sup>27</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150.

Hobsbawm diz que “isso não implica necessariamente compromisso político concreto, ou mesmo compromisso ideológico...”<sup>28</sup>.

Em nossa leitura, o que o autor tenta indicar é que o cientista engajado normalmente se abre mais a experiências externas ao seu campo de atuação e, com isso, acaba estabelecendo contatos interdisciplinares com outras ciências ou vivências, o que, no caso da História, mostrou-se mais do que essencial para sua própria renovação, com os historiadores ligados ao movimento da Escola dos Annales. Hobsbawm comenta que:

Isso não significa que todo engajamento político tenda a produzir tais efeitos inovadores na ciência e na erudição. Existe muita erudição engajada que é trivial, escolástica ou, quando vinculada a uma estrutura doutrinária ortodoxa, empenhada em provar a verdade predeterminada da doutrina<sup>29</sup>.

O *engajamento extremista* nos debates públicos só visa a confirmar convicções pré-concebidas. O *engajamento pertinente* seria positivo por quebrar uma tendência que faz a ciência ruminar problemáticas mais e mais internas. Por meio desse tipo de engajamento, o intelectual/cientista voltaria cada vez mais seus olhos para “fora” de si. Recorremos, por fim, ao próprio Hobsbawm: “o engajamento é um mecanismo poderoso [...] nas ciências humanas. Sem ele, o desenvolvimento das ciências sociais estaria em risco”<sup>30</sup>.

A próxima seção discute a questão dos abusos da História. Por si, o abuso da História, ou melhor, o mal uso dela, por historiadores ou não, deve permanecer no horizonte como algo a ser evitado, sobretudo no caso de um historiador que deseje engajar-se.

---

<sup>28</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150.

<sup>29</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 151.

<sup>30</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 154.

## O engajamento do historiador entre os usos e os abusos da História

Enxergamos norteadores viáveis para compreender as implicações do engajamento intelectual na reflexão elaborada por Eric Hobsbawm, apresentada em linhas gerais na seção anterior. Agora, apropriamo-nos das proposições formuladas pelo historiador holandês Antoon De Baets<sup>31</sup> e de seu esforço para sistematizar e esboçar uma teoria capaz de avaliar os possíveis usos e abusos que envolvem a História. Nosso intento é estabelecer alguns contrapontos entre as reflexões de Hobsbawm e a proposta de De Baets, considerando se sua teoria poderia orientar as possibilidades do engajamento do historiador.

A proposta de De Baets é bastante sistemática. Seu esforço, ao esboçar uma teoria, consiste em definir, inicialmente, o que entende por abuso da História, quantificando e qualificando os eventuais dolos causados quando tais abusos ocorrem, além de indicar uma tipologia que ajude a identificar as justificativas para condutas abusivas e suas implicações.

Historiadores e não historiadores, segundo De Baets, podem praticar o abuso da História e esse risco aumenta exponencialmente se consideramos nosso atual momento, no qual muitos debates ocorrem em meio virtual, na internet e em redes sociais. Esse abuso da História pode ocorrer tanto nas atmosferas democráticas (e mesmo na defesa destas) quanto nos regimes ditatoriais/totalitários, evidentemente sendo mais comuns nestes ambientes. Todavia, em ambas as atmosferas, as razões para os abusos da História são mais ou menos óbvias: conquista/manutenção do poder e *status*, desqualificação de adversários ou desafetos, defesa de um(a) ideal/ideologia de modo pseudoacadêmico/científico etc.

---

<sup>31</sup> Um dos coordenadores do Network of Concerned Historians (NCH), *site* dedicado à discussão de aspectos éticos relativos ao ofício dos historiadores, e autor do livro *Responsible History*, ainda não lançado no Brasil: NETWORK OF CONCERNED HISTORIANS – NCH. Disponível em: <http://www.concernedhistorians.org/content/home.html>. Acesso em: 21 fev. 2020. DE BAETS, Antoon. *Responsible History*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2009.

É certo que deve haver uma série de receios para um cientista/intelectual se engajar, mesmo se ele tem um órgão ou instituição que o apoie (como uma revista, um jornal, um programa de TV, uma associação ou um partido político), assim como deve haver o receio de contestar esses abusos, pois há inequívocas relações de poder envolvendo a difusão e a preservação de versões abusivas da História, tanto por pessoas que podem fazer parte dos círculos acadêmicos quanto por aqueles que estão fora de tais ambientes.

Segundo De Baets, caberia às “associações profissionais de historiadores”<sup>32</sup> o mérito e a autoridade para, em condições democráticas de atuação, avaliar e julgar os abusos da História. O “abuso” seria indício, ou sintoma, de outras condutas também passíveis de reprovação. Para De Baets, “é a história que pode sofrer abuso, não o passado. Fontes, fatos e opiniões sobre o passado podem ser intencionalmente distorcidos, mas o passado em si mesmo não pode ser afetado por atos praticados no presente”<sup>33</sup>.

Nessa lógica, um cientista, um intelectual, um historiador, ou qualquer pessoa que tenha se engajado e participado de debates públicos (ou acadêmicos) envolvendo temas históricos pode incorrer no abuso da História ao acreditar que a “autoridade” com a qual ele se compromete ou a causa que ele defende justificam distorções e condutas abusivas.

O abuso que De Baets critica seria um dos resultados do que definimos como *engajamento extremista* (ou “stalinista”, mas não só cometido por “stalinistas”/marxistas), no qual há total subordinação da ciência visando a outros fins, como discutiu Eric Hobsbawm. Assim, para De Baets, um dos critérios para avaliar se determinado enunciado histórico tem *status* científico ou não seria submetê-lo a um teste, seguindo os indicativos sugeridos pelo

---

<sup>32</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 19.

<sup>33</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 21.

teórico Karl Popper (1902-1994). A potência desse teste reside na capacidade de avaliar se uma teoria pode ser falsificada ou não: “o teste examinaria a relação entre a teoria, as fontes disponíveis, o método aplicado e a lógica do argumento”, comenta De Baets<sup>34</sup>.

A proposta de De Baets é bastante provocativa, pois lança luz sobre uma série de questões, todas muito complexas, e também sublinha o caráter eminentemente social do conhecimento acadêmico/científico produzido e difundido. Sua proposta abarca tanto a conduta abusiva em si quanto as formas irresponsáveis de praticar (ou divulgar) os fazeres historiográficos. Logicamente, o autor não defende um suposto caráter imparcial para a escrita da História, nem que ela tenha (ou deva ter) o caráter de “ciência exata”.

O abuso da História se relaciona com o tema da *parcialidade*. Porém, isso não torna impossível a escrita da História ou o exercício de qualquer outra ciência. Não é por ser parcial que a escrita da História sempre será “abusiva”. O ponto em questão é tentar *equilibrar* nossas motivações, nossos interesses acadêmicos ou pessoais, nossas predisposições religiosas ou político-ideológicas em consonância com os métodos objetivos<sup>35</sup> que permeiam determinada prática científica/acadêmica. Uma comunidade científica/acadêmica não exercita suas disciplinas ou práticas de pesquisa considerando apenas suas conveniências. Decerto, existem interesses particulares, individuais, mas todos os cientistas tornam suas produções inteligíveis aos demais quando praticam seu ofício em uma base mais ou menos comum. Mesmo não seguindo determinada interpretação, reconhecemos a cientificidade de sua construção.

---

<sup>34</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 21.

<sup>35</sup> Sobre a questão da objetividade, outras reflexões pertinentes podem ser encontradas em: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2010 – em particular no último tópico de seu terceiro capítulo.

Desse modo, também acreditamos que, em nosso tempo presente, por mais variada que seja a comunidade dos historiadores, por múltiplos que sejam, como diria José d'Assunção Barros<sup>36</sup>, os campos da História, os domínios e as abordagens, há um fazer historiográfico mais ou menos comum, objetivo. É essa base comum que permite, por exemplo, afirmar que autores como Edward P. Thompson e Durval Muniz de Albuquerque Jr. são historiadores, por mais distintas que suas produções e práticas possam ser.

A renovação da História levada a cabo pelos historiadores ligados ao movimento da Escola dos Annales se aproxima disso. Havia, por um lado, uma prática historiográfica comum na virada do século XIX para o XX, que passou a ser definida como tradicional, metódica e mesmo positivista, muitas críticas se tornando quase caricatas. Por outro lado, havia um conjunto de historiadores com uma série de interesses particulares. Estes foram sendo exteriorizados em diversas pesquisas, de modo que acabaram superando a prática anterior, ampliando várias noções (como o conceito de fonte histórica) e preservando outras, propondo, ainda, a ideia de interdisciplinaridade. Tais inovações se tornaram, por fim, parte da nova linguagem comum que até hoje orienta inúmeras pesquisas históricas. Algumas dessas inovações podem ser (e provavelmente serão) superadas pela emergência de novos conceitos e novas problemáticas.

O abuso da História conceituado por De Baets seria, em nossa ótica, a desvirtuação desse modo objetivo de escrever a História para atender a fins unilaterais. Logo, De Baets define o uso abusivo da História nos seguintes termos:

Uso irresponsável da história e abuso da história não são a mesma coisa. Enquanto o abuso se caracteriza pela falta de integridade, o primeiro é mais abrangente e caracteriza-se ou pela falta de integridade ou pela falta de cuidado (ou por ambos). Proponho as seguintes definições:

---

<sup>36</sup> BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

- O *abuso da história* é o seu uso com intenção de provocar engano.
- O *uso irresponsável* da história pode ser tanto o seu uso enganoso quanto negligente<sup>37</sup>.

Em nossa concepção, os debates públicos acerca de temas ou interpretações históricas podem incorrer nesse *abuso da História*, seja pela falta de “integridade”, isto é, quando o sujeito engajado tem conhecimento daquilo que é adequado, mas distorce seus enunciados e juízos para não “perder” um debate (ou para angariar espectadores fiéis), seja pela falta de “cuidado”, isto é, quando o sujeito engajado comete equívocos por falta de conhecimento acerca do assunto tematizado no debate e sobre o qual deseja emitir opiniões e juízos. E tal cenário, para o historiador, não pode deixar de causar incômodo, pois, ainda que nesses debates públicos ocorra certa “simplificação”, certa “vulgarização” de temas ou interpretações históricas para transmitir determinada ideia, nem por isso um enunciado/juízo claramente equivocado deve ser considerado plausível apenas pelo fato do debate ser “público”.

Assim, De Baets distingue, ainda: “todo abuso da história é irresponsável, mas nem toda história irresponsável é um abuso da história”<sup>38</sup>. O que caracteriza o abuso não é só o conteúdo da temática histórica escrita, difundida, debatida publicamente. O conteúdo, é claro, pode ser passível de crítica, mas só há *conteúdo* se houver, antes, uma articulação entre os métodos, as fontes e a proposição de uma argumentação. Se for constatada discrepância nesses termos articulados, o conteúdo poderá, sim, ser criticado e definido como abusivo. O abuso da História, antes de tudo, busca intencionalmente enganar.

Na perspectiva de De Baets, o uso irresponsável da História pode ser motivado por uma série de razões. No entanto, estaria mais próximo de uma

---

<sup>37</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 24.

<sup>38</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 24.

formação acadêmica deficiente (ou inexistente) ou de uma pesquisa descuidada, negligente, do que do abuso puro e simples. Uma História irresponsável seria “culposa” e uma História abusiva seria “dolosa”.

As vítimas desse fenômeno seriam não só aqueles envolvidos direta ou indiretamente na difusão da História abusiva, mas, também, a comunidade científica e leitora, induzida ao erro<sup>39</sup>. A comunidade acadêmica e profissional passa a ser deslegitimada. Para De Baets, “abusos cometidos por historiadores sempre prejudicam a escrita da história, na medida em que [...] ameaçam [...] a autoridade e a eficiência da historiografia profissional [...] [e com isso] alimentam crenças em mitificações”<sup>40</sup>.

Promovendo, aqui, um paralelo com a reflexão de Hobsbawm, uma História abusiva pode ser identificada como aquela produzida por um (não) historiador que entende “engajamento” como a completa subordinação perante uma “autoridade” por ele reconhecida. No caso do abuso da História, os procedimentos para a produção de conhecimento histórico se tornam “flexíveis”, ou inexistentes, pois sempre são definidos em função dos ditames convenientes com a “autoridade” à qual se subordina e que jamais deverá contradizer. Assim, um historiador (ou alguém que julgue ter conhecimento suficiente na área) pode participar de maneira recorrente em debates públicos sobre temas históricos, não para difundir conhecimento, mas para defender uma “causa” ou um ideal recorrendo a meios abusivos.

Conforme a tipologia oferecida por De Baets, o abuso da História se desenvolve por meio de uma *conduta* que implica *consequências* e que se dá em um conjunto de *circunstâncias* particulares. Esses 3 momentos, que se

---

<sup>39</sup> Por exemplo, há diversas informações falsas afirmando que vacinas fazem mal à saúde. Esse fenômeno tanto induz pessoas ao erro como deslegitima a comunidade médica: BERNARDO, A. Por que as pessoas estão tomando menos vacina. 16 dez. 2019. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/por-que-as-pessoas-estao-tomando-menos-vacina/>. Acesso em: 21 fev. 2020. O mesmo pode ocorrer, por exemplo, quando uma interpretação histórica abusiva influencia leitores a defender valores antidemocráticos ou preconceituosos.

<sup>40</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 26.

combinam e se complementam, configuram uma *materialidade* e uma *mentalidade* para a conduta abusiva. Sobre essas condutas abusivas, De Baets afirma que o uso irresponsável e o uso abusivo percorrem 3 níveis, “o heurístico, o epistemológico e o pragmático”<sup>41</sup>.

Em linhas gerais, em um nível *heurístico*, o uso abusivo ou irresponsável da História se daria pela manipulação intencionalmente enganosa de um conjunto de fontes ou arquivos que darão suporte à pesquisa ou aos enunciados/juízos emitidos publicamente. Nessa manipulação dolosa, certas fontes podem ser alteradas (algumas nem mesmo são lidas...), ocultadas, eliminadas e até “inventadas”, de modo a embasar o nível seguinte, o *epistemológico*.

Neste nível, já tendo ocorrido a manipulação das fontes, de maneira negligente ou abusiva, será construída toda uma argumentação que não se furtará em distorcer ou omitir certos elementos que podem contradizer e mesmo invalidar a História que se quer escrever, os enunciados ou juízos que se pretende emitir. Logo, na argumentação, no nível *epistemológico*, dados, informações e fontes são organizados e apresentados de modo a sustentar a tese então defendida, sempre dissimulando certos descuidos ou visando diretamente ao engano.

O abuso da História, ou sua prática irresponsável, já tendo percorrido o nível heurístico e epistemológico, desemboca no nível *pragmático*. Neste se encontram as *consequências* e as *circunstâncias* mais práticas. Os resultados são os mais variados, mas, quase sempre, em seu viés abusivo, fomentam preconceitos, estereótipos e mitos que alimentam tanto regimes ditatoriais, totalitários, quanto toda sorte de grupos sectários, fanáticos e extremistas.

Quanto às circunstâncias, estas compreendem o momento no qual tal abuso/negligência ocorre. Pode ser no caso de um uso irresponsável, por

---

<sup>41</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 28.

exemplo, praticado por um aluno que, na pressa ou no desinteresse de realizar determinado trabalho, descuida em sua elaboração ou plagia trabalhos de outras pessoas. Além disso, uma pessoa pode emitir juízos ou opiniões sobre temas históricos sem ter o cuidado de consultar fontes adequadas. Também pode ser, no caso do abuso da História, uma circunstância mais elaborada, ou seja, se houve respaldo governamental, institucional e mesmo financeiro, para que o abuso não só fosse possível e difundido, mas também tolerável e isento de punição. Nas palavras de De Baets, “a história abusiva é feita propositadamente ou conscientemente; a história irresponsável é feita imprudentemente ou negligentemente”<sup>42</sup>.

Entram, então, como complemento direto aos elementos materiais do abuso ou da negligência, os elementos mentais. Como são mentais, estes elementos são menos óbvios, o que não diminui suas implicações. Na maioria das vezes, eles constituem as *justificativas* ou *motivações* para os abusos e as “desculpas” para os usos irresponsáveis. Quanto aos motivos, De Baets, divide-os em dois grupos:

Motivos científicos (ou intrínsecos) e motivos não científicos (instrumentais ou consequenciais). Esses motivos se sobrepõem parcialmente. Motivos não científicos são muito comuns e algumas vezes são predominantes. Eles são aceitáveis na medida em que sejam compatíveis com motivos intrínsecos. [...] As regras de ouro, aqui, são apenas duas. A primeira é que o *risco* de abuso aumenta quando motivos científicos não são predominantes. A segunda é que entre as possíveis combinações de motivos não científicos, algumas tendem a focar exclusivamente ou principalmente na própria vantagem, no favorecimento ou no prejuízo alheio e, desse modo, são mais propícias às intenções maliciosas<sup>43</sup>.

Por exemplo, um cientista, um intelectual ou um historiador pode engajar-se na discussão pública de um debate específico. O mesmo pode ocorrer com uma pessoa leiga no assunto que deseja debater. Tais pessoas,

---

<sup>42</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 35.

<sup>43</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 37.

leigas ou não, desejando provar seu ponto de vista, podem subverter resultados, conceitos, métodos, ou seja, toda uma ética da pesquisa, por almejar contribuir para um avanço na ciência, para defender suas teses, emitir opiniões publicamente ou fazer divulgação científica em um *blog*, em um canal de vídeos etc. Difundem opiniões vistas como cientificamente embasadas, válidas, mas que seriam “incompreendidas pela academia”. Isso estaria mais próximo do motivo científico, intrínseco. Ou seja, a intenção intrínseca, a finalidade, seria “científica”, mas os meios utilizados, não.

Todavia, se determinado indivíduo ou “estudioso” reconhece uma “autoridade” e deseja contribuir com a causa que ela representa, ele pode recorrer a certa(o) ciência, teoria ou método e fazer dele um *instrumento* para “defender” a causa promovida pela “autoridade” com a qual ele se compromete. Isso ocorre quando o “instrumento” é compatível com o uso que se quer fazer e com a causa a ser defendida. O interessante é que, muitas vezes, a(o) teoria/método usada(o) como “instrumento” não pode garantir de maneira conclusiva a legitimidade da causa/autoridade “defendida”; daí surge o risco de abuso e seu potencial doloso. Logo, isso ocorre por motivos não científicos (instrumentais ou consequenciais), ou seja, os “instrumentos” até podem ser “científicos”, mas as motivações, não.

O abuso da História (assim como os usos irresponsáveis) pode ser bastante sofisticado, mas também pode ser um comentário mais do que cotidiano. Identificar e provar um abuso da História mais sofisticado, ou mesmo seu uso irresponsável, não é fácil. Para De Baets, isso implicaria 2 procedimentos iniciais: a) a *rastreabilidade*; e b) a *refutabilidade*<sup>44</sup>.

Por exemplo, um “estudioso” ou um indivíduo “A” se engaja em uma discussão imbuído por motivações científicas ou não. Seu ardor na defesa de sua causa o motiva a agir de maneira abusiva. Um “estudioso” ou indivíduo

---

<sup>44</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 41-42.

“B”, ciente do abuso (ou do uso irresponsável) decide contestá-lo. Logo, ele irá/deverá “rastrear” as fontes, os referenciais teóricos e metodológicos utilizados como “instrumentos” pelo “estudioso”/indivíduo “A”. Assim, indicará a discrepância heurística, epistemológica e pragmática deste ao articular suas fontes e referenciais bibliográficos, indicando, ainda, eventuais distorções argumentativas.

A refutabilidade não reside, simplesmente, na apresentação de uma versão contrária ou alternativa. Alguns abusos da História são apresentados dessa forma: como uma “verdade” que “poucas pessoas conhecem”, que “não lhe deixam conhecer”, que “desmentem” a “versão oficial” etc.; refutar consistiria em mostrar como o abuso da História é construído e como ele deseja se impor como versão única ou absoluta, apesar de sua precariedade, de sua debilidade.

Um ótimo trabalho de refutabilidade de um abuso da História é o livro *Os assassinos da memória*, escrito pelo historiador Pierre Vidal-Naquet<sup>45</sup>. Essa obra expõe a precariedade, a debilidade da construção da versão negacionista/revisionista (a qual é “difundida” como a “verdade desconhecida” que desmente a versão “oficial”) acerca do Holocausto judeu, difundida (entre outros) por Robert Faurisson (1929-2018), na França.

A mera existência de narrativas concorrentes nos debates científicos não implica, necessariamente, maior ou menor refutação. Sempre será passível de refutação a versão que não se sustenta seriamente nem como versão concorrente, precisamente porque sua própria construção é, como vemos em inúmeras teorias conspiratórias<sup>46</sup>, débil e precária.

---

<sup>45</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória*: “um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas, SP: Papirus, 1988.

<sup>46</sup> O livro *Mitos e mitologias políticas*, escrito por Raoul Girardet, consegue identificar com precisão, ao analisar as mitologias políticas relativas às conspirações (judaica, maçônica e jesuíta) e aos mitos do “salvador”, da “idade de ouro” e da “unidade”, os mecanismos narrativos de algumas teorias da conspiração difundidas atualmente, muitas delas sustentando “abusos” da História: GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Isso porque se determinada versão abusiva da História quisesse constituir-se de modo rigorosamente acadêmico, científico, ela terminaria implodindo-se, na medida em que a versão abusiva só pode derivar de falseamentos, de omissões, de interpretações unilaterais, que nada mais almejam do que se impor como verdades absolutas, inquestionáveis. Quanto mais abusiva for, menos ela aceitará o pressuposto científico de que não há verdades absolutas na ciência. Um enunciado cientificamente elaborado sempre está aberto ao questionamento e poderá ser superado pelo desenvolvimento da própria ciência.

O abuso da História, que deve ser evitado, pode ocorrer no engajamento do historiador. Contudo, isso não significa que tal engajamento seja inviável; apenas que demanda cautela. Não enxergamos na teoria de Antoon De Baets um argumento pela monopolização da escrita da História pelo historiador. Ao contrário, sua teoria tem por alvo o mau uso da História, seu uso abusivo, negligente. Isso independe de quem escreve, mas pesa mais sobre o historiador:

Enganar, como foi dito, é furtar-se à responsabilidade, e debilita a confiança da sociedade no ofício e no ensino da disciplina. É por essa razão que os abusos da história cometidos por historiadores profissionais são piores que os perpetrados por não profissionais. O uso responsável da história – incluindo formas responsáveis de seleção e omissão de fatos – é protegido pela liberdade intelectual e acadêmica, contrariamente ao que acontece com o abuso da história<sup>47</sup>.

Assim, o peso de sua crítica é maior em relação aos historiadores, na medida em que são eles os profissionais dedicados a essa disciplina, à sua prática e ao seu desenvolvimento. Jornalistas, advogados, literatos, geógrafos, sociólogos, economistas, linguistas, críticos literários ou profissionais de áreas técnicas, exatas ou biológicas, até humoristas ou comediantes, podem, se quiserem, “exercitar-se” na escrita da História.

---

<sup>47</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 27.

A única regra é que esse exercício de escrita seja feito de maneira responsável, nunca de modo abusivo ou negligente. Da mesma forma, não deve ser vedado ao historiador advogar, escrever romances ou poesias, fazer reportagens ou textos jornalísticos, nem mesmo se aventurar nas ciências exatas ou biológicas. O historiador pode até contar piadas, se quiser, se tiver bom humor e talento. Pode opinar como qualquer um. E qualquer um pode opinar.

O que será exigido do historiador, por cada profissional da área na qual ele queira atuar, é que ele exercite essas atividades e práticas de maneira responsável, com seriedade. O mesmo se exige de qualquer um que deseje engajar-se nos debates públicos acerca de temáticas ou interpretações históricas: fazer disso uma oportunidade de aprendizado. De Baets é incisivo nesse ponto: “algumas formas de abuso (sigilo excessivo ou censura, por exemplo) não podem nem mesmo refugiar-se no direito à liberdade de expressão”<sup>48</sup>.

Liberdade de expressão não é só a faculdade e o direito de poder dizer o que bem quiser, mas também ser responsável por aquilo que se quer dizer, refletir acerca das sensibilidades que pode estimular ou excitar, cuidar para não ofender ou endossar ofensas contra outrem. Esse ponto específico (da liberdade de expressão) é, muitas vezes, mal interpretado e, por sua vez, pode tornar-se uma via fácil para o abuso da História ou seu uso irresponsável. Cada profissional sério sabe que o conhecimento e a prática que desenvolve tem implicações sociais diretas. Liberdade não implica irresponsabilidade.

De Baets, em sua teoria, esforça-se para indicar parâmetros bastante técnicos, de modo a avaliar abusos da História e as formas como eles podem apresentar-se, manifestar-se, nos mais variados tipos de texto, sejam eles acadêmicos ou aqueles mais coloquiais:

---

<sup>48</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 27.

[...] como determinar se, em dado texto (T) consistindo de  $n$  argumentos (As), a presença de um único argumento Af (um argumento que se mostra deliberadamente falso ou fabricado) justifica uma sentença global de “abuso da história” em relação a T? Suponhamos que T consiste de 100 As verdadeiros e um único Af; pode T em sua totalidade ser considerado um abuso da história ou não? Seu autor comete um abuso da história ou não? [...] a resposta a essa questão dependerá da importância do argumento abusivo, Af em relação ao argumento como um todo, T<sup>49</sup>.

Logo, um enunciado falso ou equivocado só poderá ser considerado marca de um abuso da História levando em consideração sua relevância para a constituição geral do texto (opinião ou juízo de valor) no qual ele figura e, evidentemente, pela intenção dolosa de seus “efeitos” sociais quando difundido. Ele pode ser apenas uma passagem mal compreendida, escrita ou repetida com negligência, ou parte de um argumento abusivo muito maior, elaborado cuidadosamente com a finalidade de enganar. Enfim, sua recorrência e relevância afastarão o texto, a opinião e o juízo de valor analisado de mero equívoco, de uma falha ou negligência mais corriqueira, e poderão aproximá-lo de algo mais incisivo, mas doloso, ou seja, do abuso da História. De Baets comenta:

Negligência em larga escala da parte de historiadores acadêmicos que supostamente deveriam ser rigorosos resulta em história de má qualidade e transgride o limite da negligência censurável. Em suma, trata-se no mínimo de um uso irresponsável, pois “o rigor é um dever, não uma virtude”<sup>50</sup>.

Por fim, somos levados a acreditar que tanto as reflexões de Hobsbawm quanto as proposições de De Baets podem ajudar a orientar os historiadores que se propõem a problematizar a possibilidade, ou não, do engajamento intelectual nos debates públicos que envolvem temas ou interpretações históricas.

---

<sup>49</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 44.

<sup>50</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 46.

Como diz De Baets:

[...] historiadores que se dedicam à ética acadêmica, quando tentam resumir o que realmente está em jogo nos casos de abusos graves da história, devem lembrar as palavras de Voltaire: “aqueles que o fazem acreditar em absurdos podem levá-lo a cometer atrocidades”<sup>51</sup>.

### **Considerações finais**

Com este artigo, colocamos em perspectiva a adoção do engajamento para o historiador, levando em consideração seus aspectos positivos e negativos, assim como seus limites e possibilidades de abuso. Isso porque nos vemos diante de um contexto no qual, estimulados pela internet e pelas redes sociais, ocorrem diversos debates públicos que mobilizam temas de caráter histórico/historiográfico. Procuramos refletir a partir de alguns critérios teórico-metodológicos que podem orientar o historiador nesse sentido, assim como gerar novas reflexões.

Em nossa leitura, as proposições de Hobsbawm sobre o tema do engajamento são bastante lúcidas. Em que pese o fato desse historiador ter tido toda sua trajetória relacionada ao materialismo histórico, antes de tudo, ele era um historiador. Longe de endossar o engajamento puro e simples, subordinado, ele aponta como fértil, além de necessário, o engajamento que desenvolve a ciência sem torná-la subserviente a outros imperativos próprios de causas políticas, religiosas ou ideológicas. Evidentemente, o engajamento intelectual pode ser direcionado a tais dimensões, mas não pode ser automaticamente subsumido nelas, o que constitui um caminho mais rápido em direção à deturpação, ao abuso, às más condutas que enfraquecem e deslegitimam práticas acadêmicas e científicas.

No tocante à teoria do abuso da história, proposta por Antoon De Baets, é evidente que não foi possível abordar os elementos de sua teoria em

---

<sup>51</sup> DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 54.

profundidade, o que extrapolaria a finalidade deste estudo e que deixa margem a novas discussões em futuros trabalhos. No entanto, também enxergamos em sua teoria indicativos bastante fecundos para (re)pensar o engajamento do historiador, seja no desenvolvimento de sua prática e escrita, seja na avaliação de algum texto ou comentário com teor possivelmente abusivo ou irresponsável.

No cenário atual, no qual todos se sentem à vontade para emitir opiniões e juízos de valor, tanto de maneira adequada quanto mediante as formas mais inadequadas, a participação do historiador nesses debates públicos pode contribuir para o esclarecimento de determinados assuntos, conceitos ou interpretações de caráter histórico ou afim.

Por fim, também nos inclinamos a considerar que, tal como para o escritor engajado, cujo compromisso maior é com a literatura, para o historiador engajado maior deve ser seu compromisso com a História, com os fazeres historiográficos, com o exercício e o livre desenvolvimento de nossa ciência. Ressaltamos que, quando atuamos na pesquisa e no ensino de História ou quando nos empenhamos na defesa de uma(um) causa/ideal utilizando nossa disciplina, nossa ciência, não estamos lidando com algo que nos pertença de modo privado, particular, mas com um ofício que se (trans)forma na prática de uma comunidade de professores, pesquisadores e de leitores de História. Desse modo, não só os praticantes desse ofício ganham a satisfação de exercê-lo e aperfeiçoá-lo, mas a própria sociedade à qual esse conhecimento produzido se dirige.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BBC BRASIL. *O nazismo era um movimento de esquerda ou de direita?* 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-39809236>. Acesso em: 25 ago. 2019.

- BBC BRASIL. *Nazismo é de direita, define o museu do Holocausto visitado por Bolsonaro em Israel*. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47784368>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- BERNARDO, A. *Por que as pessoas estão tomando menos vacina*. 16 dez. 2019. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/por-que-as-pessoas-estao-tomando-menos-vacina/>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- DE BAETS, Antoon. *Responsible history*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2009.
- DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 17-60, 2013.
- DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- NETWORK OF CONCERNED HISTORIANS – NCH. Disponível em: <http://www.concernedhistorians.org/content/home.html>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- PRACONTAL, Michel de. *A impostura científica em dez lições*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2010.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 231-271.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: "um Eichmann de papel" e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

Artigo recebido em 08/09/2019 e aprovado em 19/01/2020.